

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DAISY DAMASCENO ARAÚJO

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM CONTEXTO *QUILOMBOLA***

Trabalho que será apresentando ao 35º Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), de 24 a 28 de outubro de 2011, em Caxambu – MG.

São Luís

2011

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM CONTEXTO *QUILOMBOLA*

Daisy Damasceno Araújo*

RESUMO:

O campo da política educacional étnico-racial foi tomado como objeto nesse estudo na tentativa de analisar como tem se configurado o processo de construção da identidade racial na comunidade *remanescente de quilombo* Rio Grande, no município de Bequimão – MA, certificada pela FCP em novembro de 2009 e inserida no cadastro nacional de comunidades quilombolas. Nesse sentido, as análises se dão no sentido de compreender como o processo de escolarização formal e informal se relaciona com o processo de construção identitária na dita *comunidade*, em razão da inserção recente destes na categoria de *remanescentes de quilombos*, buscando entender, ainda, como o Estado brasileiro tem direcionado as políticas educacionais étnico-raciais para as situações sociais inseridas nesse contexto.

1 – INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este estudo é o resultado de diversas inquietações surgidas no sentido de compreender como o Estado brasileiro tem encarado e assessorado segmentos étnicos específicos, partindo da compreensão de que este é um Estado dito *multicultural*. Desta forma, a proposta é empreender investigações, tomando como caso específico a inserção da escola em uma comunidade quilombola.

De início, cabe ressaltar o porquê da escolha específica deste campo empírico. A inserção nesta temática sobre o estudo de comunidades quilombolas no Maranhão se deu no ano de 2008, quando tive contato com os trabalhos realizados pelo grupo de estudos *Representações Sociais, Etnicidade e Desenvolvimento Regional*¹. Nesse contexto, elaborei a monografia de conclusão do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, onde realizei um estudo sobre a comunidade quilombola do Rio Grande, em Bequimão – MA, na tentativa de “construção” e discussão dos elementos exigidos pela Fundação Cultural

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc – UFMA).

¹ Grupo de estudos sob a coordenação da Prof^a. Msc. Marivânia Furtado, na Universidade Estadual do Maranhão.

Palmares (FCP) para que a comunidade em análise fosse reconhecida/certificada enquanto quilombola por este mesmo órgão gestor federal.

No caso específico deste projeto, o campo da política educacional étnico-racial foi tomado como objeto de análise partindo do pressuposto de que a educação escolar é um dos elementos utilizados pelos Estados nacionais para sustentar o discurso hegemônico de unidade nacional, propagando ensinamentos, saberes e valores tomados como universais e de direito de todos. No entanto, parece existir um silenciamento/ ou assimilação por parte do Estado brasileiro no que tange às especificidades culturais dessas minorias.

Entendendo que o discurso apresentado pelo atual governo brasileiro (leia-se Governo Lula) tem sido o de reconhecer as diferenças e os elementos de etnicidade dos grupos que compõem este Estado enquanto “um todo”, faz-se necessário o entendimento de como a educação, que propaga saberes e valores universais, tem sido direcionada a esses segmentos específicos.

Assim, surgem muitas inquietações: Como afirmar e reconhecer a multiculturalidade de um Estado e, no entanto propagar valores universais e dominantes a cidadãos brasileiros de “ancestralidade africana”? A legislação educacional brasileira tem dado suporte a esses grupos no sentido de valorização e reconhecimento de seus saberes locais? Qual tem sido a proposta educacional direcionada às comunidades já reconhecidas enquanto “remanescentes quilombolas”? Como as comunidades têm reagido a esse processo?

A escola brasileira parece ainda não ter desenvolvido esforços na tentativa de direcionar suas propostas metodológicas, teóricas e práticas para suprir a concepção positivista que permeia seus currículos. Esta mesma escola acaba desenvolvendo práticas que privilegiam alguns saberes em detrimento de outros. Se tomarmos como base os conteúdos propagados na disciplina de história, percebe-se o quanto a concepção positivista ainda se faz presente na historiografia brasileira, mesmo com todas as propostas e influências da *Escola dos Annales*. Os livros continuam a apresentar os “heróis brancos” dos “grandes fatos” da história brasileira e mundial (leia-se europeia), insistindo em análises que marginalizam e tornam ainda mais subalternos os saberes, lutas e segmentos sociais que tiveram papel de sujeitos no processo de formação social deste país.

Com a Lei 10.639/03, sancionada em 9 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio, o estudo da História e da Cultura afro-brasileira e africana,

visando promover educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 31). Ainda assim, muitos ainda são os problemas enfrentados pelas secretarias estaduais de educação no que tange às dificuldades de planejamento e execução dos princípios que regem esta lei.

É sob essa perspectiva que, para o tratamento desse universo acima descrito, toma-se como caso modelar a inserção da escola em uma comunidade quilombola. A pesquisa se realizará na comunidade quilombola do Rio Grande, no município de Bequimão – MA, que se encontra em processo de demanda por garantia do direito territorial quilombola, certificada pela FCP em novembro de 2009 e inserida no cadastro nacional de comunidades quilombolas.

A proposta baseia-se na tentativa de analisar como o Estado, aqui representado pelas secretarias, ministérios e órgãos governamentais que atuam nesse universo específico, tem direcionado as políticas educacionais étnico-raciais para as comunidades quilombolas já reconhecidas por esse Estado, no sentido de perceber quais os esforços que estão sendo feitos do ponto de vista do currículo, das disciplinas e das práticas pedagógicas propostas pelas secretarias específicas, o que tem sido trabalhado nessas escolas, e em que sentido estão de acordo ou confrontam com a realidade social apresentada nestas comunidades.

A educação, enquanto mantenedora do Estado Nacional, continua a propagar a história dos negros no Brasil de forma pejorativa e folclorizada? Cabe entendermos como a “identidade quilombola” convive com esses saberes e com a reprodução maciça da cultura “dominante”, que pode conseqüentemente provocar um processo de “conformação” com a condição de excluídos, já propagada durante os séculos de dominação, escravização e marginalização dos negros no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO:

Para um melhor entendimento do objeto em questão, o referencial escolhido está atrelado, especialmente, ao debate em torno da relação Estado/minorias, do processo de reconhecimento da diversidade étnica do Estado brasileiro e do multiculturalismo, tomando como caso modelar a escola na comunidade quilombola do Rio Grande, em Bequimão - MA.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, que garante os direitos territoriais às comunidades quilombolas², moradores dessas comunidades, em conjunto com movimentos sociais, antropólogos, historiadores e intelectuais em geral, têm se mobilizado em um processo de luta por reconhecimento de seus direitos que visam contribuir, posteriormente, para o processo de inserção destas no cômputo das políticas públicas do país.

A proposta de uma educação diferenciada para os remanescentes de quilombos está inserida nesta demanda, que engloba um universo analítico abrangente, trazendo à tona categorias de análise ligadas à diversidade étnica do Estado brasileiro. Podemos destacar entre elas: *multiculturalismo (sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil)*³, *educação diferenciada (ou multicultural)*, *diversidade étnica* (que acaba englobando outros planos da sociedade, como o étnico, religioso, cultural), *diferença e igualdade*, *direitos coletivos*, *reconhecimento*, além de debates sobre as categorias mais específicas ao tema, como o próprio termo *remanescentes de quilombos*.

Ao longo do processo de formação das grandes nações, as minorias têm vivenciado um processo de assimilação e discriminação. Com a Globalização, alguns teóricos defendem a idéia de que esta situação têm-se agravado. É nesse contexto que, segundo KYMLICKA (1996, p. 52), a teoria do multiculturalismo teria surgido, visando contribuir para a construção das bases teóricas que permitirão o reconhecimento e a garantia dos direitos fundamentais aos grupos sociais distintos.

De acordo com a análise de SANTOS (2003, p. 25), os termos multiculturalismo, justiça multicultural, direitos coletivos e cidadanias plurais, no atual contexto, procuram jogar com as tensões entre a diferença e a igualdade. Dessa forma instiga a questão de compatibilizar a reivindicação de uma diferença enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituíram acompanhando essa diferença.

Aqui podemos compartilhar da proposta de CASTELLS (2001, p. 24), quando afirma que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Identifica três modelos de identidade, sendo a que denomina *Identidade de resistência*

² O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garante que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

³ Alguns autores (como o ARRUTI, por exemplo) já propõem o uso da categoria INTERCULTURALIDADE CRÍTICA como uma alternativa à ideia de *Multiculturalismo*.

a mais adequada para pensar a problemática dessa investigação. Segundo o autor, esta se constitui enquanto uma identidade “criada” por atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência coletiva, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas pela história, geografia ou biologia.

Para MUNANGA (2004), a educação multicultural representa no plano prático o resgate da memória e da plenitude histórico-social do negro. Para este mesmo autor, “a discussão sobre multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e da diversidade cultural para formação da cidadania como pedagogia antirracista”. (MUNANGA, 2004, p. 346).

As discussões podem, ainda, girar em torno da categoria *reconhecimento*, discutidas nas Ciências Sociais por autores como Axel Honneth (2003), por exemplo, que traz a dimensão moral para a questão das lutas sociais, ligadas a um novo cenário político de mudança na relação Estado/minorias.

Segundo nos apresenta Arruti (2006), ao discutir sobre as mudanças na relação Estado/minorias, o processo de reconhecimento da diversidade étnica do Estado brasileiro está intrinsecamente ligado a um reordenamento do contexto ideológico e jurídico global, onde muitos dos estados-nacionais, independentemente da experiência da colonização, criaram dispositivos formais no intuito de corrigir práticas históricas de supressão das diferenças. Esse processo de reordenamento permite que muitos destes estados-nacionais aceitem as reivindicações das minorias nacionais como forma de reparar os erros do processo de construção da nação, tentando absorver essas reivindicações a esse processo tardio de reparação.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

- Analisar a perspectiva de uma educação diferenciada para segmentos sociais/étnicos distintos, tomando como caso modelar as práticas educacionais desenvolvidas na comunidade quilombola do Rio Grande, em Bequimão – MA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Buscar entender como a inserção da escola e do sistema educacional formal (currículos e planejamentos) é percebida pelo imaginário coletivo da comunidade quilombola em questão;
- Investigar as perspectivas educacionais desenvolvidas por essa escola, tentando perceber que tipo de relações têm sido estabelecidas entre a cultura da comunidade (história e saberes locais) e os conhecimentos formais propostos pelo currículo escolar;
- Analisar os discursos que têm sido travados acerca educação diferenciada no universo dos movimentos sociais, dos intelectuais engajados nessa luta, das próprias comunidades e lideranças quilombolas, e do governo federal, representado na figura dos ministérios e secretarias.
- Tentar perceber se a “identidade quilombola”, que tem sido “construída” nos últimos anos, está presente nos processos educacionais desenvolvidos na comunidade e como a escola (professores, pais e alunos) tem trabalhado com essa questão.

PROPOSTA METODOLÓGICA:

Para resolver as questões referentes à problemática em questão, a pesquisa aqui desenvolvida terá um caráter qualitativo, visto que, segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais, apresentando como aspectos essenciais a escolha adequada de métodos e teorias convenientes, o reconhecimento e análise de diferentes perspectivas, as reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento e a variedade de abordagens e métodos.

Uma das metodologias a ser utilizada seria a análise de discursos, com destaque para os atores por quem foi construído, de acordo com o lugar social deste, com que propósito/finalidade e sua relação para com os outros discursos. Para a análise desse universo empírico, destaco alguns dos agentes e agências cujos discursos e propostas educacionais para os quilombolas pretendem ser analisados: os movimentos sociais (incluindo aqui, também, o movimento negro), as lideranças quilombolas, os moradores da comunidade (incluindo pais, alunos e professores), os intelectuais que discutem essa temática (antropólogos, historiadores,

juristas, geógrafos) e o discurso oficial (leia-se estatal, municipal e federal), representado na figura dos ministérios e secretarias atrelados a essa questão.

Entre as reivindicações do movimento negro referente a atuação do Estado na aplicação de políticas educacionais, está o direito à educação básica de qualidade, de forma equânime para brancos e negros, ricos e pobres, de acordo com o que propõe os princípios estipulados na Constituição Federal de 1988, de educação pública, gratuita, laica, de qualidade e que considere a pluralidade cultural, presente no Artigo 206.

Ainda que de certa forma esse discurso se aproxime de um diálogo acerca de políticas universais que acabam sendo direcionadas a segmentos específicos, temos neste cenário também um diálogo constante entre pesquisadores em geral, lideranças quilombolas e movimentos sociais que trazem para o debate propostas educacionais específicas a esses grupos, na tentativa de que suas particularidades culturais sejam incluídas nas políticas educacionais elaboradas pelo governo federal, juntamente com os governos estaduais e municipais. Cabe ressaltar que esta também se deve investigar até que ponto esses discursos estão de acordo e como as comunidades quilombolas lidam com eles.

É importante destacar que a metodologia visar analisar, em especial, a escola segundo os moradores da comunidade (alunos, pais e professores). O discurso da própria comunidade, através da oralidade e de sua história, nos interessa aqui no sentido de tentar entender como eles percebem a inserção da escola da comunidade, se isso representou alguma luta frente à prefeitura do município, e que ideário de educação perpassa o imaginário coletivo da comunidade.

Visto que a comunidade está envolvida neste processo de “etnogênese” da identidade quilombola há três anos, certificada pela Fundação Cultural Palmares em novembro de 2009 e que se encontra atualmente inserida no Cadastro Nacional de Comunidades Quilombolas, seria importante perceber se essa “identidade” tem sido trabalhada na escola e até que ponto esse ensinamento lhes convém. Cabe analisar se a história local da comunidade, presente na memória dos mais velhos, está presente no planejamento, nas aulas e nos esforços dos professores. É necessário investigar, ainda, se existe um paralelo entre a história da comunidade e os conteúdos formais trabalhados.

Cabe destacar, neste sentido, a realização de uma *descrição densa* na escola do Rio Grande (anexo da escola central situada na sede do município de Bequimão), nos moldes propostos por Geertz (1989). Para este autor, fazer etnografia é descrever densamente, visto que a descrição densa é a descrição que leva em conta as diversas estruturas conceituais e significativas que moldam as ações humanas; praticar etnografia não é somente estabelecer

relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, *o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”*. (GEERTZ, 1989, p. 15).

Dessa forma, serão realizadas técnicas etnográficas para a compreensão do universo escolar em questão. Cabe ressaltar a importância de observações diretas da educação escolar desenvolvida na comunidade, conversas formais e informais (entrevistas) com professores e alunos, análise dos conteúdos trabalhados nas escolas (principalmente no que tange aos saberes locais, história dos negros e valorização do pertencimento étnico) e percepção do contexto da educação escolar quilombola proposta pelo Estado, na tentativa de percepção das políticas propostas pela Secretaria de Educação do Maranhão (Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais) e demais secretarias relacionadas. As entrevistas pretendem seguir inicialmente as indagações já propostas aqui, principalmente no que diz respeito ao imaginário dessa comunidade acerca das escolas e das políticas educacionais, com destaque também para a valorização (ou não) por parte da escola acerca do pertencimento étnico.

Ainda que nada formal tenha sido divulgado pelo Governo federal até então, cabe destacar o papel que secretarias municipais e estaduais, a exemplo da SEDUC/MA (Secretaria de Educação) e da SEIR/MA (Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial) tem desenvolvido no sentido de estabelecer propostas, realizar projetos, oferecer cursos a professores no intuito de capacitá-los para o ensino nessas comunidades. Entretanto, esse é um trabalho ainda bastante incipiente, mesmo depois de quase 22 anos do surgimento desses novos sujeitos de direito: os remanescentes quilombolas.

No dia seis de abril de 2010 foram divulgados na REDUQ (Rede Educação Quilombola⁴), algumas das proposições discutidas em conferência nacional acerca das propostas diferenciadas para a educação quilombola. Esse texto é resultado das discussões realizadas na CONAE 2010 (Conferência Nacional de Educação), que se realizou no período de 28 de março a 1º de abril deste ano, criada pelo governo federal como espaço de participação da sociedade civil no debate sobre o desenvolvimento da Educação Nacional. A Comissão Organizadora Nacional é integrada por representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara, do Senado, do Conselho Nacional de Educação, das entidades dos dirigentes estaduais, municipais e federais da educação e de todas as entidades que atuam

⁴ <http://groups.google.com.br/group/reduq>

direta ou indiretamente na área da educação, processo este que se iniciou em 2009 (Portaria Ministerial nº 10/2008).

Desta forma, podemos destacar a análise de documentos oficiais, como a proposta oficial da CONAE 2010, a Lei 10.639/03, os Decretos, Resoluções e Portarias referentes à educação diferenciada, a própria legislação brasileira, desde a Constituição Brasileira de 1988 até as últimas leis publicadas sobre a questão étnico-racial no Brasil, e de documentos produzidos/emitidos por movimentos sociais ligados à temática quilombola e à educação diferenciada.

Nesse sentido, cabe analisar o contexto em que foi produzido o documento, o “lugar” de quem produz e para que/quem produz, com quem finalidades, sob quais circunstâncias, todos esses elementos servem de base para que ao utilizar dos mais variados documentos em suas pesquisas, o pesquisador possa saber como proceder com os documentos em mãos, sejam eles documentos de séculos passados (presente nos arquivos), filmes, documentários, fotografias, mapas, entrevistas (transcritas ou não) e a própria história oral, que vem sendo repensada como um método importantíssimo para as ciências sociais. (CELLARD, 2008).

REFERÊNCIAS:

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 de outubro de 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 2001.

CELLARD, André. A análise documental. In. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Estado Multicultural e Políticas Públicas**. São Luís: EDUFMA, CNPQ, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC Editora. 1989.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KYMLICKA, Will. **Ciudadanía Multicultural**. Barcelona: Paidós, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: 2004.

MUNANGA, K. Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira. **Teoria e prática da educação**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 7, n. 3, set/dez 2004.

PACHECO, Marcos Antônio B. **Estado Multicultural e direitos humanos: tópico constitucional de direitos étnicos**. São Luís: UFMA, CNPQ, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEMPRIME, Andréa. **Multiculturalismo**. Tradução: Laureano Pelegrin, Bauru, SP: EDUSC, 1999.